



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Estrela Velha**

Senado Federal

À Comissão de Constituição,  
Justiça e Cidadania.

Ofício nº 214/2015-Gab.Pref.

Estrela Velha, RS, 25 de novembro de 2015.

Junta-se ao processado do  
PLC  
nº 315, de 2009.

Em 1/1/15

À SUA EXCELÊNCIA O SENHOR  
**SENADOR RENAN CALHEIROS – PMDB/AL.**

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL.

PRAÇA DOS TRÊS PODERES – PALÁCIO DO CONGRESSO – BRASÍLIA/DF -  
CEP:70.165-900.

Assunto: Solicitar de V. Exa. apoio em destinar a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA DO PLC 315/2009, na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional - CEDN, da Agenda Brasil, e posteriormente levar ao Plenário.

Sr. Presidente do Senado Federal.

Tramita nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº. 315/2009, que altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH.

Na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Minas e Energia, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e Cidadania sendo remetido ao Senado Federal em 9 de dezembro de 2009.

No Senado Federal, a matéria foi inicialmente apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tendo recebido parecer favorável.

O presente projeto de Lei tem por objetivo alterar a distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, identificada pela sigla CFURH, e não CFRH, como consta no projeto. Hoje, nos termos da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que definiu os percentuais de distribuição, 45% dessa compensação é destinada aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O Projeto de Lei nº 315/2009, propõe que seja alterado os percentuais dos Estados, que passaria para 25% e dos Municípios que passaria a 65% do total da CFURH.

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.

PLC Nº 315 DE 2009

fl(s).

Recebido em 18/02/2016  
Hora: 12:00  
Roberta Romanini - Matr. 268395  
CCJ-SF

Recebido em 02/12/2015  
Hora: 14:40  
Fernando Sacchetti - Matr. 106218  
SGJ-SF-SGM





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Estrela Velha**

Esta mudança se faz necessária para que se corrija um erro histórico, pois os Municípios são quem sofrem mais de perto os impactos sociais e econômicos da construção das hidrelétricas e seus reservatórios, perdem a possibilidade de usar as terras alagadas e nestas a possibilidade de geração de produção, emprego e renda.

Ademais, os Municípios têm menos alternativas econômicas para contornar os prejuízos e fazer frente às enormes pressões sociais, pois para a manutenção e contratação de pessoal para operacionalizar essas “compensações” saem das contas municipais. Ou seja, o empreendedor identifica os impactos sociais, se compromete em doar e construir a infra-estrutura para mitigar e compensar tais impactos, cita nos planos e estudos ambientais que o responsável pela operação e manutenção das novas estruturas é o município; e os Estados e a União, por sua vez, aprovam esses planos e estudos sem qualquer questionamento, comunicação ou co-participação do poder público municipal.

Dessarte, além das perdas oriundas do alagamento sucintamente elencadas acima, ficam os Municípios responsáveis também pela contratação de contingente e manutenção das novas estruturas. Não obstante, os Estados e a União não serão tão prejudicados, pois os valores impactam quase de forma insignificante em seus orçamentos e dispõem de muitas outras formas de geração de renda e arrecadação para compensar os novos índices de distribuição.

Sem contar que a crescente municipalização dos serviços oficiais leva os municípios a assumir a parte mais onerosa desses serviços, dos quais o exemplo mais eloquente, na abordagem favorável ao PL, vem a ser justamente a responsabilidade pela preservação ambiental. Há que se considerar, também, que a presente proposta legislativa aplica à exploração dos recursos hídricos uma distribuição de compensação praticamente idêntica à já adotada no setor mineral, a saber: 23% para estados, 65% para municípios e 12% para a União. Se, na mineração, os municípios recebem 65% do total da compensação, não há porque não aplicar percentual semelhante à exploração de recursos hídricos.

Desta forma, venho por meio da presente missiva, solicitar de V. Exa. apoio em destinar a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA DO PLC 315/2009, na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional - CEDN, da Agenda Brasil, e posteriormente levar ao Plenário, por ser questão da mais lúdima JUSTIÇA SOCIAL para com o Município de Estrela Velha e demais impactados.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

  
Reges Antonio Scapin  
Prefeito Municipal

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
**PLC Nº 315 DE 2009**  
fl(s).





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Estrela Velha**

Ofício nº 214/2015-Gab.Pref.

Estrela Velha, RS, 25 de novembro de 2015.

À SUA EXCELÊNCIA O SENHOR  
**SENADOR RENAN CALHEIROS – PMDB/AL.**  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL.  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – PALÁCIO DO CONGRESSO – BRASÍLIA/DF -  
CEP:70.165-900.

**Assunto: Solicitar de V. Exa. apoio em destinar a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA DO PLC 315/2009, na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional - CEDN, da Agenda Brasil, e posteriormente levar ao Plenário.**

Sr. Presidente do Senado Federal.

Tramita nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº. 315/2009, que altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH.

Na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Minas e Energia, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e Cidadania sendo remetido ao Senado Federal em 9 de dezembro de 2009.

No Senado Federal, a matéria foi inicialmente apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tendo recebido parecer favorável.

O presente projeto de Lei tem por objetivo alterar a distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, identificada pela sigla CFURH, e não CFRH, como consta no projeto. Hoje, nos termos da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que definiu os percentuais de distribuição, 45% dessa compensação é destinada aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O Projeto de Lei nº 315/2009, propõe que seja alterado os percentuais dos Estados, que passaria para 25% e dos Municípios que passaria a 65% do total da CFURH.

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.

**PLC Nº 315 DE 2009**

fl(s)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Município de Estrela Velha**

Esta mudança se faz necessária para que se corrija um erro histórico, pois os Municípios são quem sofrem mais de perto os impactos sociais e econômicos da construção das hidrelétricas e seus reservatórios, perdem a possibilidade de usar as terras alagadas e nestas a possibilidade de geração de produção, emprego e renda.

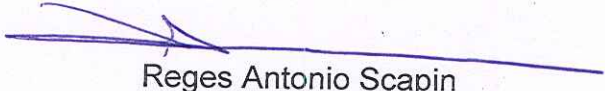
Ademais, os Municípios têm menos alternativas econômicas para contornar os prejuízos e fazer frente às enormes pressões sociais, pois para a manutenção e contratação de pessoal para operacionalizar essas "compensações" saem das contas municipais. Ou seja, o empreendedor identifica os impactos sociais, se compromete em doar e construir a infra-estrutura para mitigar e compensar tais impactos, cita nos planos e estudos ambientais que o responsável pela operação e manutenção das novas estruturas é o município; e os Estados e a União, por sua vez, aprovam esses planos e estudos sem qualquer questionamento, comunicação ou co-participação do poder público municipal.

Dessarte, além das perdas oriundas do alagamento sucintamente elencadas acima, ficam os Municípios responsáveis também pela contratação de contingente e manutenção das novas estruturas. Não obstante, os Estados e a União não serão tão prejudicados, pois os valores impactam quase de forma insignificante em seus orçamentos e dispõem de muitas outras formas de geração de renda e arrecadação para compensar os novos índices de distribuição.

Sem contar que a crescente municipalização dos serviços oficiais leva os municípios a assumir a parte mais onerosa desses serviços, dos quais o exemplo mais eloquente, na abordagem favorável ao PL, vem a ser justamente a responsabilidade pela preservação ambiental. Há que se considerar, também, que a presente proposta legislativa aplica à exploração dos recursos hídricos uma distribuição de compensação praticamente idêntica à já adotada no setor mineral, a saber: 23% para estados, 65% para municípios e 12% para a União. Se, na mineração, os municípios recebem 65% do total da compensação, não há porque não aplicar percentual semelhante à exploração de recursos hídricos.

Desta forma, venho por meio da presente missiva, solicitar de V. Exa. apoio em destinar a tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA DO PLC 315/2009**, na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional - CEDN, da Agenda Brasil, e posteriormente levar ao Plenário, por ser questão da mais lúdima JUSTIÇA SOCIAL para com o Município de Estrela Velha e demais impactados.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

  
Reges Antonio Scapin  
Prefeito Municipal

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania  
**PLC Nº 315 DE 2009**  
fl(s). \_\_\_\_\_

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 15 de janeiro de 2016

Senhor Reges Antônio Scapin, Prefeito Municipal do  
Município de Estrela Velha – RS,

Em atenção ao Ofício nº 214/2015-Gab.Pref., de Vossa  
Senhoria, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do  
Senado, informo que a referida manifestação foi encaminhada à  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal  
para ser juntada ao processado do PLC nº 315, de 2009, que "Altera  
o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado  
pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da  
parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da  
Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH", que se  
encontra atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa